



# A performance institucional na produção da cultura regional

Tiago Costa Martins\*  
Ângela Cristina Trevisan Felippi\*\*

Submissão: 05/03/2021

Aceite: 18/11/2021

## Resumo

A partir do esforço interpretativo em contextualizar a região das Missões, no Rio Grande do Sul, como uma construção social no tempo-espaço, conectando o passado e o presente nas dimensões sociais pertinentes, na problemática do presente estudo procura-se perceber de que forma a performance institucional contribuiu para a produção cultural de uma região, especialmente no patrimônio e na música. Em termos estruturais, neste artigo parte-se de um posicionamento teórico para instituições culturais. Após, apresenta-se um breve relato histórico para elucidar a dinâmica cultural da região. Na sequência, elencam-se as contribuições das instituições na configuração da cultura regional. Por fim, conclui-se o estudo com alguns apontamentos, especificamente argumentando-se que a produção cultural no território é fortalecida por uma significativa performance institucional.

**Palavras-chave:** Instituições. Produção cultural. Patrimônio cultural.

## The institutional performance in the regional culture production

### Abstract

Starting from the interpretative effort in contextualizing the region Missões, in Rio Grande do Sul, as a social building in the time-space, connecting the past and present in the pertinent social dimensions, the problematic of present study searches to realize which way the institutional performance contributes to the cultural production in a region, especially in the heritage and in the music. In structural terms, the article starts from a theoretical position to cultural institutions. After, it presents a brief historical report to elucidate the cultural dynamic in the region. Ending, the study is concluded with some notes, specifically arguing that the cultural production in the territory is straightened by a significant institutional performance.

**Keywords:** Institution. Cultural production. Cultural heritage.

## *La performance institucional en la producción de la cultura regional*

### Resumen

Desde el esfuerzo interpretativo en contextualizar la región de las Missões, en Rio Grande do Sul, como una construcción social en el tiempo-espacio, conectando el pasado y el presente en las dimensiones sociales pertinentes, la problemática del presente estudio busca percibir de qué forma el rendimiento institucional contribuye para la producción cultural de una región, especialmente en el patrimonio y en la música. En términos estructurales el artículo empieza de un posicionamiento teórico para instituciones culturales. Después, presenta un breve relato histórico para elucidar la dinámica cultural de la región. Por fin, el estudio es terminado con algunos apuntes, específicamente argumentando que en el territorio se fortalece con un importante desempeño institucional.

**Palabras-clave:** Instituciones. Producción cultural. Patrimonio cultural.

\* Doutorado em Desenvolvimento Regional (UNISC) e Pós-Doutorado em Communication, Information and Digital Culture (CIC.Digital, Porto-PT). Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). <http://orcid.org/0000-0003-0927-7148> E-mail: [tiagominuano@gmail.com](mailto:tiagominuano@gmail.com)

\*\* Doutorado em Comunicação Social (PUC/RS). Pós-Doutorado em Comunicación - Recepción y Cultura (Universidad Católica del Uruguay). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). <https://orcid.org/0000-0003-3545-0215> E-mail: [angelafe@unisc.br](mailto:angelafe@unisc.br)

## 1 Introdução

Os episódios da formação da região das Missões, no Rio Grande do Sul, apresentados em diferentes períodos históricos e por diferentes agentes (índios, padres, “coroas”, império, república, etc.) são representativos para compreender a *performance* institucional em um território<sup>1</sup>. Sinteticamente, pode-se dizer que em diferentes segmentos culturais, a região é palco ou recurso para as manifestações de diversas práticas culturais: as ruínas de São Miguel são consideradas patrimônio mundial da humanidade; o chimarrão, como bebida e como elemento cultural, é oriundo da região; a música regional é reconhecida como missioneira do município de São Luiz Gonzaga; dentre outras tantas manifestações. No entanto, mais do que encaminhar para essa importância cultural da região, esses exemplos são também oportunos para apresentar a perspectiva do presente estudo: as instituições culturais.

A noção de instituição, em sentido amplo, pode ser percebida como um sistema organizado e complexo de relações sociais que possuem certa permanência, que incorpora valores e procedimentos comuns e responde a certos anseios sociais. É uma organização de normas, práticas e comportamentos para a obtenção de alguma meta ou atividade que as pessoas julgam importante (DIAS, 2010). No território da produção cultural, dentro das diferentes relações que podem ser estabelecidas (obra e público; criador cultural e Estado; público e o mercado; etc.), as instituições articulam essas relações, condicionando a produção da cultura.

Neste contexto, surge a problemática deste estudo: de que forma a performance institucional contribuiu para a configuração da produção cultural? Evidencia-se, nessa proposta, o esforço interpretativo em contextualizar a região como uma construção social no tempo-espaço, conectando o passado e o presente nas dimensões sociais pertinentes (os fenômenos econômicos, políticos e culturais que envolveram a vida social ao longo do tempo). O objetivo do estudo, assim, procura descrever as contribuições das instituições na produção cultural a partir da análise da região das Missões do Rio Grande do Sul.

Para expor os argumentos da pesquisa e relatar a consecução do seu objetivo, o presente artigo parte de um posicionamento teórico para instituições culturais. Após, apresenta um breve relato histórico para elucidar alguns pontos da dinâmica cultural

---

1 A região “cultural” das Missões-RS é originária das formações sociais denominadas de “Sete Povos” indígenas guaranis criadas pelos padres jesuítas espanhóis entre os séculos XVII e XVIII. As reduções, ou missões, no lado do atual do Brasil eram formadas pelas missões de São Francisco de Borja, São Luiz Gonzaga, São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista e Santo Ângelo Custódio. No decorrer do estudo será detalhada a conjuntura histórica da formação das Missões.

empreendida pelas instituições ligadas à cultura na região. Na sequência, há uma breve descrição da metodologia empreendida para, no tópico seguinte, apresentar os “resultados e discussões”. Por fim, conclui-se o estudo com alguns apontamentos, especificamente argumentando que a produção cultural é fortalecida por uma significativa *performance* institucional.

## **2 Uma definição para instituição cultural**

O primeiro ponto de reflexão sobre as instituições culturais, as atribuições que lhe são conferidas na produção cultural, precisa se basear numa condizente articulação teórica. Por outro lado, tal como explica Willians (2007), não se pode ignorar a questão prática estabelecida no conceito de instituição cultural. É precisamente neste ponto que se começa a reflexão do estudo.

As diferentes atribuições práticas para o conceito de instituição cultural apresentam, pelo menos, duas situações peculiares: primeiro, que se está falando de uma organização social, no sentido de ser considerado um agrupamento de pessoas em torno de algum domínio ou atividade cultural; e, segundo, associa-se instituição com a noção de equipamento cultural. No primeiro ponto corre-se o risco de deixar o termo “instituição cultural” muito “autônomo”, ou seja, uma livre iniciativa dos indivíduos sem perceber o contexto dos agentes sociais em suas práticas, significados e estruturas estabelecidos dentro de cada domínio cultural.

O segundo ponto salienta a conceituação muito objetiva e, em consequência, restrita às instituições culturais. Mais localizada no senso comum está a atribuição de que um estabelecimento de teatro ou um museu são instituições que acabam por se associar mais à estrutura física do que aos indivíduos. No tocante ao entendimento de que uma instituição é um equipamento cultural corre-se o risco de negar o elemento fundamental das instituições: os indivíduos e as relações sociais. Nesse entendimento, o equipamento cultural deve ser considerado o espaço físico onde se estabelecem as relações sociais de determinado campo da cultura (COELHO, 1999).

No entanto, um equipamento só será reconhecido como instituição cultural se nele se efetivar a presença dos indivíduos com suas práticas e significados. E mais: muitos equipamentos se efetivam por meio das ações de determinadas instituições. Cita-se o exemplo de um teatro municipal. Ele é um espaço físico cuja existência e manutenção podem ser atribuídas à prefeitura municipal. São as ações, práticas e relações estabelecidas na instituição

cultural “prefeitura” (entre indivíduos internamente e indivíduos e o meio social) que definirão, por exemplo, quem vai se apresentar no teatro, quais são as regras, quais os fomentos para viabilizar o uso e a apropriação do teatro, etc.

No primeiro ponto, então, as instituições culturais são entidades organizacionais (teatros, galerias de arte, bibliotecas, etc.) e/ou como regras explícitas (dispositivos normativos e regulatórios) (COELHO, 1999). Mas, noutro ponto, as instituições podem ser associadas às convenções implícitas, voltadas para os padrões comportamentais e os papéis sociais; e para os processos e formas de troca, como os mercados e a distinção e prestígio social (HASITSCHKA, et al., 2005). Esta última estabelece alguns pressupostos institucionais contidos nas relações entre indivíduos e instituição e instituição e meio social (em termos de estruturas e multidimensionalidades). As convenções implícitas denotam que as instituições “constituem espaços onde se exprimem e se cristalizam identidades coletivas, maneiras de viver as relações com a arte, experiências culturais e práticas sociais” (FLEURY, 2009, p. 127), e isso inclui os aspectos simbólicos e materiais que tangenciam a cultura.

Ao se considerar que o contexto estrutural da produção cultural deve levar em conta o processo de criação (criador-obra-intermediário-público) e a sociedade (CANCLINI, 1979), então, tais convenções serão vistas como estruturantes dos comportamentos e ações, tanto dos criadores quanto dos públicos. No entanto, cabe mencionar que na própria configuração das instituições, como mecanismos estruturantes, os elementos implícitos dessa prática não ocorrem fora de um contexto histórico. Dito de outra forma, as instituições culturais são processos históricos. Os comportamentos e as ações são construídos no curso de uma história compartilhada na produção de determinado setor cultural. Deriva, deste ponto, que essas instituições são práticas culturais que possuem uma significativa extensão no tempo e no espaço (GIDDENS, 2003). Em suma, a estrutura do setor cultural e, portanto, as próprias instituições, estão intimamente ligadas às condições sociais históricas da produção cultural.

Portanto, a noção de instituição cultural pode ser considerada um sistema estruturado e complexo de relações sociais que possuem uma significativa extensão no tempo e no espaço, estabelecida a partir de valores e procedimentos comuns, e atuando como mecanismo estruturante dos comportamentos e das ações nos diferentes momentos da produção cultural. Confere-se, assim, às instituições culturais, a força em potência para (re)modelar o uso e a significação dos objetos e práticas culturais nos indivíduos e coletividades (FLEURY, 2009; HASITSCHKA, et al., 2005).

### 3 A região das Missões no Rio Grande do Sul

Toda regionalização parte de um recorte proveniente de elementos que identificam e constroem socialmente o território. Para a região das Missões isso se estabelece na formação social dos Sete Povos indígenas guaranis pelos padres jesuítas espanhóis, no Sul do Brasil, especialmente no século XVII. No entanto, uma regionalização que o próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – não a considera “uma região geográfica, ainda que ela tenha expressão no imaginário nacional, tanto pela força da experiência ali empreendida quanto pelas ruínas que ainda dela dão prova” (IBGE, 2006, p. 27).

A configuração dos Sete Povos das Missões é reconhecida como o segundo ciclo jesuíta-missionário e iniciou nas últimas décadas do século XVII com a presença dos padres jesuítas espanhóis e a intenção de catequisar os índios à fé católica. Fundaram, assim, as reduções jesuíticas-guaranis no Noroeste do atual território rio-grandense: 1682, São Borja; 1687, São Nicolau, São Miguel Arcanjo; São Luiz Gonzaga; 1690, São Lourenço Mártir; 1697, São João Batista; 1707, Santo Ângelo. As reduções, ou Missões, tiveram um alto grau de desenvolvimento econômico, político, social e urbano.

Mas o revés dessa proposta de ocupação, para professar a fé católica e proteger os domínios espanhóis, começou a ocorrer a partir de 1750, com a assinatura do Tratado de Madri pactuado entre Portugal e Espanha. O epicentro do acordo foi a Colônia do Santíssimo Sacramento. A coroa espanhola via com preocupação a expansão e a consolidação portuguesa na região do Prata, região estratégica no fluxo de mercadorias da América Espanhola. A concorrência estava se tornando prejudicial aos interesses comerciais. Assim, o Tratado de Madri selou a troca de territórios: Portugal entregaria Sacramento ao domínio espanhol e, em troca, a região dos Sete Povos passaria ao domínio lusitano. “Ainda, por este tratado, os jesuítas deveriam abandonar a região juntamente com todo o seu povo e seus pertences, deixando, porém, todas as instalações aos cuidados dos portugueses” (BAIOTO; QUEVEDO, 2005, p. 40).

Os índios e os padres, que deveriam passar o rio Uruguai e voltar para o domínio espanhol, não aceitaram as condições do Tratado e entraram em guerra contra as tropas hispano-portuguesas. A Guerra Guaranítica ocorreu entre 1753-1756. No dia 07 de fevereiro de 1756, um dos comandantes das tropas missioneiras, José Tiaraju, foi morto em batalha. Sepé Tiaraju tornou-se mártir da causa missionária.

O fim da guerra determinou o fim dos Sete Povos jesuítico-guaranis dentro do modelo empreendido pelos padres da Companhia de Jesus. Vale dizer que, rapidamente, o Tratado de

Madri foi anulado e, em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso ainda colocava os Sete Povos dentro do território espanhol. No entanto, os anos seguintes confirmaram a apropriação da terra e do gado por parte dos luso-brasileiros. Em 1801 consolidou-se o Tratado de Badajós, a expulsão dos jesuítas e a dispersão dos indígenas sobreviventes nas reduções, findando a experiência reducional por volta de 1828<sup>2</sup>.

A partir da expulsão dos índios das reduções jesuíticas começaram a migrar as primeiras famílias de europeus para ocupação do território. Casais das ilhas dos Açores e da Madeira desembarcaram no Rio Grande do Sul sob inúmeras promessas. “Outro desafio irremediável se impunha de forma definitiva: a expulsão dos jesuítas e a consequente substituição por outros atores sociais que constituiriam a teia de relações e práticas sociais” (QUEVEDO, 2008, p. 36).

Por esse motivo, com o objetivo de extinguir a identidade guarani-missioneira, os portugueses impuseram aos indígenas a substituição de seus nomes nativos por nomes portugueses (MAESTRI, 2006a). Muitos troncos familiares rio-grandenses constituíram-se a partir do casamento ou concubinato de índias com soldados, oficiais, aventureiros que se estabeleceram no território após o Tratado de Madri (GOLIN, 2008).

No modelo civilizatório português os índios passaram a ser mão de obra assalariada para os colonos, numa relação controlada pelo Estado. A ação estatal era responsável, inclusive, pela manutenção do projeto pedagógico, ensinando aos índios a língua portuguesa, álgebra, solfejo, boas maneiras, orações e dogmas da Igreja Católica para meninos e meninas. Frente a esse cenário, segundo Langer (2006), os fazendeiros propuseram um modelo civilizatório pautado na livre administração, inspirado no projeto dos colonos paulistas que romperam com as restrições impostas pela Companhia de Jesus e pela Coroa para ter acesso à mão de obra indígena num sistema de escravidão. Nessa conjuntura, a população indígena se dispersou no espaço, uns passaram a trabalhar como peões, outros regressaram às estâncias missioneiras, muitos foram empregados como mão de obra escrava.

Dessa forma, mesmo diante da sua posição social, os índios resistiram ao modelo colonizador, preservando ensinamentos jesuíticos e a própria língua guaraníca. Muitos, inclusive, retornaram ou migraram para o território dos Sete Povos pelo vínculo afetivo estabelecido com a região. Além disso, a sua condição no modelo civilizatório do Império Português não acabou com a tradição do povo indígena, “o guarani acolheu, mas deixou suas marcas indeléveis na produção cultural” (BAIOTO; QUEVEDO, 2005, p. 61).

---

2 Nesse período, ocorreram inúmeros conflitos entre argentinos, uruguaios e brasileiros. Nesse ano, o uruaio Frutuoso Rivera invadiu o território missioneiro e ao ser selada a paz nesse mesmo ano, Rivera levou consigo carretas de objetos preciosos, obras de arte e inúmeros índios missioneiros.

A diversidade social reconfigurou os traços culturais da população na região missioneira. Dentro de uma relação étnica associada ao contexto econômico e político a região ficou marcada por uma heterogeneidade de práticas culturais associadas com cada etnia. Pinto (2011), ao estudar as identidades culturais dos imigrantes em relação à região apresenta três tipos de identidade cultural: a identidade missioneira-pampeana; a identidade missioneira-reducional e a identidade missioneira-europeia. Essa associação entre identidades pode ser observada em relação ao modelo de colonização do território hoje pertencente às Missões, considerando-se também os grupos étnicos que se instalaram e permaneceram em determinadas microrregiões.

Se essa dinâmica representa um afastamento das práticas e manifestações culturais dos indígenas, ela não exclui por completo os usos e apropriações realizados pelos demais grupos. Dessa maneira, os povos missioneiros constituíram um legado cultural, atualmente identificado por meio das artes, da arquitetura, da música, da literatura, da religião, etc. enfim pelas práticas e costumes dos habitantes. E ainda pelo que restou e foi preservado daquele período reducional das Missões guaranis, como a arte do Barroco Missioneiro.

Entretanto, vale dizer que com o fim da Guerra Guaranítica parte deste patrimônio foi saqueada por forasteiros e queimada e destruída pelos próprios índios, sendo que apenas as igrejas foram preservadas e logo abandonadas. Por isso, a herança dessa arte foi e é encontrada nas residências das famílias da região, como as estátuas dos santos missioneiros. Além disso, o próprio Estado tratou com descaso o patrimônio reducional-missioneiro, e só recentemente projetos foram desenvolvidos para o resgate e preservação dessa parte da história (RODRIGUES, 2011). As igrejas jesuíticas, hoje em ruínas, foram alvo de depredação do tempo e dos homens, tanto que de algumas restam apenas resquícios das edificações. A mais conservada está no Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões.

Diante disto, na atual Região das Missões, mesmo com a parca presença étnica do povo guarani (missioneiro), “o aspecto missioneiro, enquanto um elemento histórico e cultural da região, está presente no imaginário coletivo e social da comunidade” (BAIOTO; QUEVEDO, 2005, p. 52), manifestada por meio das atividades culturais, religiosas e sociais da população local, carregadas de interpretações que atribuem a esses elementos históricos e culturais conotações atentas a determinados interesses sociais. Dito de outra forma, recursivamente utilizada no contexto político e econômico.

Assim, a diversidade social reconfigurou os traços culturais da população regional e desenvolveu um processo histórico de afastamentos e aproximações em torno da cultura

jesuítica-guarani. A produção cultural da região ficou associada com a relação estabelecida pelos “novos” atores sociais, contextualizados pela dinâmica econômica, política e até mesmo cultural de cada grupo. O legado cultural foi reapropriado nas práticas recursivas de agentes e instituições culturais dentro e fora da região.

#### **4 Metodologia**

Metodologicamente o estudo se efetivou em três momentos. Primeiro, a partir de uma ação exploratória foram visitados o Instituto Histórico Geográfico de São Luiz Gonzaga, o museu Lúcio Costa em São Miguel das Missões e o Centro da Cultura Missioneira de Santo Ângelo. Na ocasião, jornais locais e regionais (a partir de 1970), livros e outros documentos (como encartes de eventos ou de projetos históricos) foram consultados. O conteúdo analisado serviu de base à compreensão das práticas culturais estabelecidas ao longo do tempo no território. O segundo momento ocorreu a partir da realização de pesquisas bibliográficas e documentais sobre os principais conceitos e teorias e sobre processo histórico-cultural da região. O terceiro ocorreu com a realização de entrevistas em profundidade com indivíduos pertencentes a determinadas instituições.

Para dar conta de uma leitura regional, formada por 26 municípios, optou-se por escolher instituições existentes nos municípios de São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões e Santo Ângelo por conta das informações coligidas na pesquisa exploratória das práticas culturais históricas na região. Assim, definiu-se que para São Luiz Gonzaga, reconhecido pela produção cultural da música missioneira, as entrevistas ocorreram com membros da Associação Sãoluizense de Músicos e da Mostra da Arte Missioneira. Em São Miguel, dada a expressividade do seu patrimônio material, foram inquiridos membros do Instituto Brasileiro de Museus e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Por fim, em Santo Ângelo foram entrevistados os membros do Núcleo de Arqueologia do Museu Dr. José Olavo Machado e do Centro da Cultura Missioneira, justificado pelo reconhecimento dos estudos e pesquisas realizados no município.

#### **5 Resultados e discussões: a performance institucional na produção cultural**

A dinâmica histórica apresentada na região responde por diferentes condições sociais no contexto da produção cultural na contemporaneidade. Assim, a proposta deste tópico é



apresentar desempenho institucional na produção da cultura, por meio de três perspectivas: Estado e patrimônio; Estado e música; e Mercado e a cultura.

### 5.1 Estado e patrimônio

O que se considera como contemporaneidade está associado ao século XX. Intencionalmente se quer estabelecer relações com o Governo de Getúlio Vargas e a consolidação e atuação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Acredita-se que esse período é peculiar na configuração da produção cultural na região das Missões, pois esteve inserido dentro de uma perspectiva nacional.

A década de trinta, no Brasil, foi marcada por um processo de rupturas e grandes transformações sociais. Destacam-se o fim da política “café com leite” (São Paulo – Minas Gerais), a industrialização e urbanização e as conquistas trabalhistas. No campo cultural essa década é reconhecida como o período de institucionalização da cultura. O governo de Getúlio Vargas sistematizou e executou ações no campo do desenvolvimento simbólico dentro de uma perspectiva estratégica<sup>3</sup>. Nesses moldes, o patrimônio era visto como um elemento formador da identidade nacional.

Nota-se a intenção de fazer do Estado um ente mais presente na sociedade e na vida dos cidadãos. A partir do Ministério da Saúde e Educação e da efetivação do ministro Gustavo Capanema (1934 até 1945), foram criadas inúmeras instituições culturais, como o Instituto Nacional do Livro, o Serviço Nacional de Teatro e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, todos em 1937. A criação dessas institucionalidades estava dentro de um “processo de legalização, institucionalização e sistematização da presença do Estado na vida política e cultural do país” (FALCÃO, 1984, p. 26). Mas, mais do que isso, a conjuntura do Brasil, à época, era marcada pela relação regional x nacional. A partir do Estado Novo o Brasil passou a ter um poder cada vez mais deslocado do âmbito regional para o nacional. Em grande medida, essas institucionalidades vão referendar a centralidade do Estado no campo da cultura.

Nesse contexto, o SPHAN surge com o propósito de promover o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio nacional (CALABRE, 2009). Havia, em sua criação, os desafios de chamar a atenção e fomentar a participação da população no campo da preservação cultural. Além disso, no campo do desenvolvimento simbólico

---

<sup>3</sup> O primeiro momento do governo Vargas corresponde aos períodos de 1930 a 1934 (Chefe do Governo Provisório), de 1934 a 1937 (Constitucional) e de 1937 a 1945 (Estado Novo). O segundo corresponde a sua reeleição (1951 a 1954).

buscava-se a unificação da ideia de patrimônio “brasileiro”, mais do que regional. No primeiro caso, o mecanismo de tombamento representou um elemento de normatização e legitimação da intervenção do Estado.

Essa foi a configuração inicial do SPHAN que teve como diretor responsável Rodrigo Melo Franco de Andrade desde a sua fundação até 1967. Rodrigo Melo contou com arquitetos, engenheiros, historiadores, entre outros, para viabilizar o Serviço. Além disso, foram criadas divisões regionais pelo Brasil, que no Rio Grande do Sul teve a atuação de Augusto Meyer (CALABRE, 2009, p. 25). Inserida nesse contexto, estava a região das Missões, especialmente as ruínas da igreja jesuítica-missioneira de São Miguel (naquele período distrito de Santo Ângelo). O estudo referencial de Meira (2008) atesta que a atuação do SPHAN nas Missões teve protagonismo no reconhecimento das ruínas como elemento cultural brasileiro.

Em 1937, Rodrigo Melo procurou Augusto Meyer para solicitar ajuda no levantamento dos bens arquitetônicos do Rio Grande do Sul. Segundo ele, o estado estava fisicamente longe da ação do SPHAN. O levantamento de documentos (fotos, históricos, etc.) representou a primeira ação institucional no Rio Grande do Sul. Ademais, a ação de restauração, após, foi considerada o primeiro trabalho de restauração realizado pela instituição em âmbito nacional (MEIRA, 2008)<sup>4</sup>.

A política de preservação iniciada pelo SPHAN estava diretamente associada aos elementos cognitivos (os significados por trás) do reconhecimento de tais patrimônios. São Miguel foi um exemplo fundamental para se compreender os valores que estavam sendo construídos pela incipiente instituição. Meira (2008) aponta uma referência aos valores históricos e artísticos e o processo contraditório, com a qual as ruínas passaram a ser vistas e legitimadas pela política empreendida.

É interessante que os dois marcos históricos definidos por Meyer para balizar o inventário do patrimônio no Estado - as Missões Jesuítico-Guarani e a Revolução Farroupilha - estavam relacionados a controvérsias historiográficas na época. Com relação às primeiras, eram questionadas pela historiografia gaúcha de matriz lusa, que começara a manifestar-se na década de 1920 e se aprofundara a partir de 1930, segundo Gutfreind. O reconhecimento das ruínas de São Miguel Arcanjo com o patrimônio nacional não era contraditório com essa vertente historiográfica, uma vez que o relatório de Lucio Costa concordava que se tratava de um monumento espanhol (MEIRA, 2008, p. 226).

---

<sup>4</sup> A ação institucional do estado nas ruínas de São Miguel iniciou com as medidas do Governo do Estado na década de vinte. No Regulamento de Terras de 1922 houve a designação de “Lugares Históricos”, como os lugares notabilizados por fatos que demonstrassem a evolução histórica do Estado. As ruínas foram enquadradas nesse tópico, reconhecidas, assim, como o primeiro patrimônio histórico do Rio Grande do Sul no ano de 1925 (PINTO, 2011).

O debate estabelecido em torno dessa contradição está pautado pelo reconhecimento histórico ou artístico das ruínas para a cultura do Brasil. Sobre o primeiro, os relatos sempre posicionavam as Missões como elemento jesuítico, desconsiderando os índios guaranis do processo. Assim, se nos demais patrimônios do Rio Grande do Sul o critério era histórico, nas Missões o elemento missioneiro era considerado pelo valor artístico. Quando se realizou o levantamento do patrimônio para tombamento, em 1938, Meira (2008) relata que o critério de escolha seria o histórico, sendo que na zona missioneira o valor de arte sobrepor-se-ia ao alto valor histórico.

Dessa forma, no tocante à prática política e à atuação institucional é de se perceber que isso passa pela legitimação das ruínas diante da comunidade local e regional. A relação entre território, produção cultural e instituições está diretamente relacionada ao processo social de negociação (assimilação e rejeição) desse patrimônio como produto cultural legítimo do território. O papel dessa política cultural pareceu ser oportuno para a construção contemporânea da região das Missões.

Entretanto, há um segundo grande momento da atuação do Governo Federal, ainda sob a tutela do patrimônio histórico e artístico. Trata-se da década de 1970 e da situação política e econômica vivida no Brasil. Da euforia pelo “milagre econômico” até a derrota nas eleições de 1974, o governo militar, especialmente nos períodos de Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985), sofreu uma crise de legitimidade que exigiu a contrapartida da criação de políticas públicas abrangentes e eficazes. Nesse contexto se insere a experiência do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), “embrião da nova política de preservação cultural do Estado” (FALCÃO, 1984, p. 31). O Centro foi criado em 1975 por Aloísio Magalhães e trazia na sua concepção o propósito de rever as relações entre Estado e cultura, especialmente com as mudanças no conceito de patrimônio cultural, a abertura da cultura para as representações populares e a descentralização das políticas culturais.

Tratava-se de se distinguir das instituições oficiais, museológicas, e propor uma forma nova e moderna de atuação na área de cultura. Tudo – o objeto, o método, a forma de trabalhar e arregimentar pessoal, e mesmo o formato institucional – se propunha como diferenciado (FONSECA, 2001, p. 115).

No tocante ao patrimônio material, o trabalho desenvolvido pelo IPHAN derivou de uma postura patrimonial voltada para a restauração de monumentos de “pedra e cal” e de obras de arte do passado (MICELI, 1984). Vale dizer, uma área da produção cultural na qual o mercado –

muito interessado nos meios de comunicação de massa no contexto urbano-industrial<sup>5</sup> – não atuava e que fazia do Estado a mão visível de fomento e manutenção. Assim, as instituições culturais do Estado passaram a atuar na cultura “legítima”, no patrimônio histórico e artístico, e na cultura das classes populares, numa alusão ao folclore. Houve uma recusa intencional às atividades culturais vigentes na economia de mercado e, desta forma, “em lugar de carregar nas tintas do ‘nacional’, do legado ‘comum’ e ‘brasileiro’, os teóricos da gestão Portella valorizam o traço ‘regional’ e ‘local’, sede do que é ‘autêntico’ e ‘nosso’” (MICELI, 1984, p. 108).

Mas a questão do patrimônio material também respondia a outra preocupação política: o desenvolvimento urbano. Entre a urbanização acelerada e o abandono de algumas cidades estava o patrimônio cultural. Portanto, era preciso uma revalidação dos patrimônios históricos regionais em busca de um sincretismo nacional. Uma das soluções foi associar essa atividade ao investimento em turismo cultural, mas, sem experiência na área, a saída do governo foi pedir apoio à UNESCO (CALABRE, 2009). Dessa forma, o governo planejou o desenvolvimento com a articulação entre o patrimônio, a população local e regional e as atividades econômicas possíveis de serem criadas e ampliadas a partir do turismo cultural.

Eis, então, o segundo elemento no escopo das políticas culturais que atuaram diretamente na região das Missões do Rio Grande do Sul. A conjuntura que marca a política nacional e internacional na cultura vai incidir na região com algumas particularidades. Para elucidar esse momento é oportuno relatar a coletânea de boletins informativos do IPHAN que apresentam, cronologicamente, as práticas estabelecidas nas ruínas de São Miguel.

Em 1979, as Missões viraram notícia a partir da elaboração de um projeto desenvolvido pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e da prefeitura de Santo Ângelo. A intenção era apontar as diretrizes para o desenvolvimento de São Miguel (distrito de Santo Ângelo), com o apoio do IPHAN. Naquele mesmo ano ocorreu uma reunião entre técnicos da Argentina, Paraguai e Brasil, em Assunção, para debaterem propostas de revitalização e consolidação das Missões nos três países. Nessa reunião foram definidas várias ações, com destaque para o pedido de apoio à UNESCO e a criação de subcomitês – especialmente do turismo – para articular ações entre as “três regiões” missioneiras.

O ano de 1980 pareceu consolidar o plano estabelecido anteriormente. Houve duas medidas consideradas: disciplinar o uso do solo para proteger a ambientação das ruínas; restaurar a estrutura das ruínas com risco de desabamento. Inicialmente, nota-se uma clara

---

5 O Brasil se enquadrava, dessa forma, nas práticas políticas conhecidas como modernização conservadora. Destaque para o forte empreendedorismo no campo da indústria fonográfica, televisiva e editorial (CALABRE, 2009).

posição institucional para a regulação das práticas sociais em torno do patrimônio; e, no segundo ponto, uma ação prática, organizativa no próprio patrimônio. Mas se em 1979 já era possível perceber a articulação político-institucional além do território das Missões, foi no início dos anos 1980 que essas articulações foram efetivadas dentro da região. Nos dias 4, 5 e 6 de agosto de 1980, São Miguel das Missões recebeu a visita do professor Roberto Di Stefano, técnico da UNESCO<sup>6</sup>. Pode-se dizer que do convite feito pela secretária de patrimônio até a vinda e consolidação dos trabalhos do professor Di Stefano as ruínas foram inseridas em três diretrizes fundamentais.

A primeira diretriz está contida na própria preocupação técnica com a restauração daquele patrimônio. O debate levantado estava na forma de restauração das ruínas. Tem-se, aqui, a função normativa e, até mesmo, organizativa da UNESCO enquanto instituição cultural. A segunda diretriz está focada na dimensão econômica das ruínas. Isso estaria atrelado à consolidação turística desse patrimônio. Vale dizer que desde a década de 1970 as ações turísticas já eram empreendidas na região. No entanto, a UNESCO reafirma a necessidade de se ter um plano estruturado para a divulgação e reconhecimento das ruínas. Disse o professor Di Stefano que “a pouca divulgação dada às reduções jesuíticas impedem que elas sejam melhor conhecidas, principalmente no exterior”, e ele não hesitava em reconhecer nas ruínas “a mesma importância de outras ruínas célebres, como a Acrópole, o Coliseu e outras” (SPHAN, 1980, p. 9).

Por fim, se as duas diretrizes demonstram a dupla materialidade empreendida pela política cultural do patrimônio, é na terceira que será possível perceber a ação prática no contexto simbólico das Missões jesuíticas-guaranis. Resumidamente, é viável pensar que as ruínas precisavam ser legitimadas pelas práticas sociais da população local e regional. Outrora, a construção era vista como uma obra jesuítica espanhola. Naquele momento, o patrimônio era considerado missionário e reconhecido como “patrimônio cultural do país”<sup>7</sup>. Portanto, a preocupação em tornar o patrimônio uma prática social reconhecida e apropriada pela população local e regional era um dos pontos nevrálgicos da política cultural multidimensional empreendida pelos governos e instituições parceiras. Nesse sentido, aliás, não se pode esquecer a dimensão da política internacional nesse contexto. É importante citar a relação que

---

6 O professor italiano Roberto Di Stefano era engenheiro civil e presidente do comitê italiano do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios).

7 A partir de 1980 é perceptível nos boletins informativos do IPHAN perceber a ação discursiva de posicionar as ruínas como um bem cultural verdadeiramente brasileiro. Em seguidos boletins haviam textos relatando a história das Missões dentro de um contexto regional brasileiro.

se queria estabelecer entre o Brasil e as Nações Unidas, via UNESCO<sup>8</sup>.

Todo o trabalho desenvolvido enquanto política cultural nas ruínas de São Miguel vai ser consolidado em 1983. No dia 06 de dezembro daquele ano, em Florença, Itália, a plenária anual do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO reconheceu as ruínas de São Miguel das Missões como Patrimônio Mundial da Humanidade. O Secretário da Cultura do Ministério da Educação e Cultura, Marcos Vilaça, presente no evento, fez questão de dizer que a outorga, enquanto patrimônio da humanidade, era o “reconhecimento internacional à política brasileira de preservação e valorização dos bens históricos e culturais do País” (SPHAN, 1983, p. 02). Mas, pretensiosamente, pode-se dizer que foi a legitimação que faltava às ruínas como um patrimônio cultural verdadeiramente gaúcho e nacional. Mais um recurso para reconhecimento e apropriação cultural das Missões na dinâmica social local e regional, pois essa integração era considerada uma preocupação pontual<sup>9</sup>. Assim, o desempenho das políticas culturais e das instituições, nessa conjuntura, foram variações estabelecidas num contexto nacional e internacional.

## 5.2 Estado e música

A noção de música regional missioneira está centrada na apropriação ao passado das Missões (POMMER, 2008). Há, objetivamente, o critério da especificidade de ser missioneira mais do que ter alguma aproximação com a musicalidade do período reducional. Considerada, assim, por alguns autores, a pedra de toque da invenção de uma cultura missioneira atrelada à região. No entanto, a consideração da música dentro de uma perspectiva forjada e deslocada de um passado sem continuidade ignora o contexto fundamental que permeia a noção de produção cultural.

Trata-se de ver a música como um dos elementos culturais recursivos na dinâmica social, inserido em um contexto estruturado e estabelecido, em um jogo de relações entre diferentes atores sociais. Nos termos que aqui se referem à produção cultural, o que proporciona à música missioneira seu caráter específico não é o fato desta ter sido estabelecida

---

8 Roberto Di Stefano justifica o interesse da UNESCO na restauração das ruínas de São Miguel, lembrando que o Brasil é uma nação que faz parte da ONU. Explica, a propósito, que a UNESCO sempre apoiou a luta pela conservação ou restauração de patrimônios históricos de importância mundial. (SPHAN, 1982, p. 4).

9 O Diretor do SPHAN, Júlio Curtis, “chama a atenção para o fato de que a honra de ser Patrimônio da Humanidade pode ser cassada a qualquer momento, desde que a UNESCO e seu técnicos constatem que não existe uma ação enérgica e constante pela preservação do local. ‘Espero que a comunidade gaúcha responda a essa tarefa, para que não tenhamos que chegar à constrangedora situação de perder esse ambicionado título’, frisa o Arquiteto”. (SPHAN, 1983, p. 5).

no período reducional, nem tem nada a ver com até que ponto ela retém com exatidão os acontecimentos daquele período, mas, sim, ter a conexão com o território e com a cultura no espaço multidimensional e de múltiplas apropriações. Giddens (1997) dirá que os “materiais antigos” serão usados pelas instituições modernas para fins modernos (legitimidade para os sistemas de poder).

Dito isso, é preciso compreender o contexto em que se estabelece essa música regional. A formação da música missioneira partiu da década de 1960 e esteve atrelada à denúncia e protesto. Noel Borges do Canto Fabrício da Silva (1941-1998) é considerado o principal criador e divulgador dessa música no contexto regional. Noel Guarany, como ficou conhecido, após desavenças com o Exército Brasileiro, resolveu percorrer a América do Sul (Bolívia, Paraguai, Uruguai, Argentina e centro-Oeste do Brasil), para ampliar o escopo de possibilidades artísticas<sup>10</sup>. Ele qualificou sua atividade como música de pesquisa e se negava a participar dos festivais de música (POMMER, 2009). Noel Guarany, juntamente com Cenair Maicá (1947-1989), Jaime Caetano Braun (1924-1999) e Pedro Ortaça (1942-) são considerados os precursores da música missioneira. O significado fundamental da música era protestar “contra certas atitudes políticas, culturais e econômicas da época, fortalecendo a música como tendência de singularização regional” (POMMER, 2008, p. 177). Foi nesse contexto que a produção musical missioneira ganhou relevância.

A questão que enseja o Estado na relação com a produção musical missioneira está pautada por duas situações. A primeira é o contexto em que surgiu esse tipo de música. O período era marcado pela repressão social diante da ditadura militar. O uso recursivo de elementos jesuítico-missioneiros é reposicionado, diferentemente do patrimônio material, como mecanismo de protesto e inconformismo.

Sabe-se que Noel Guarany, talvez o mais engajado de todos os já citados, atuou em movimentos populares, exigindo a liberdade democrática, participando de movimentos estudantis e de greve de bancários no Rio Grande do Sul. Em 1977, por exemplo, foi convidado a participar de um evento no centro do país juntamente com Edu Lobo, Chico Buarque, entre outros artistas da MPB. O show acabou cancelado pelo governo por seu conteúdo crítico, mas

---

10 Segundo Nascimento (2012, p. 72), “Noel cantava músicas que referiam e reverenciavam o passado jesuítico-guarani e, em especial, o grupo étnico guarani do qual sempre se declarou herdeiro cultural e étnico. Noel foi, no entanto, irreverente e contestador implacável do autoritarismo e da ditadura militar. A postura de artista contestador levou-o a tomar posições ideológicas e partidárias, e a posicionar-se contra o poder instituído. Isso, em Bossoroca, nas décadas de 1970/80, era ‘pisar em campo minado’. Essa postura crítica e austera de ‘não ser homem de meias verdades’ fez com que Noel fosse aclamado por muitos, mas repudiado por aqueles que se sentiam ameaçados ou ultrajados por suas críticas”.

Noel Guarany passou a ter expressão em jornais do centro do país, e por conta disso divulgou São Luiz Gonzaga, que começava a ficar conhecida como capital da música missioneira (POMMER, 2009, p. 176-177).

Assim, diferentemente do ocorrido no campo do patrimônio, a música, e sua existência dinâmica e fluida, a qual se efetivava na vida social, apresentava um jogo de relações e intenções recursivas diferente da prática institucional empreendida pelo Governo Federal à época. A música “escapa” da ação institucional, mesmo com elementos de repressão e repressão aplicadas pelos governos. O reconhecimento e a legitimação partiam do cotidiano, dos usos e apropriações, mais do que da legitimação institucional do Estado.

Já a segunda situação responde a uma ação do Estado efetivada recentemente: o reconhecimento de São Luiz Gonzaga como capital da música missioneira. O que confere esse reconhecimento está, em primeiro lugar, baseado na origem dos quatro expoentes da música missioneira. Todos são naturais de São Luiz Gonzaga (mesmo que Bossoroca, por exemplo, como distrito de São Luiz Gonzaga, tenha sido a terra natal de Noel Guarany). O segundo ponto, já comentado, era a ação desses músicos referenciando sempre São Luiz Gonzaga como seus locais de origem<sup>11</sup>. Dessa forma, não se pode negar que a população que tinha contato com essa produção cultural já fazia referência a São Luiz Gonzaga como terra da música missioneira.

No entanto, esse reconhecimento institucionalizado só foi realizado em 2012. A normatização da capital estadual da música missioneira esteve em pauta e votação pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, no dia 23 de outubro daquele ano. O projeto de lei foi encaminhado pelo Deputado Estadual Diógenes Basegio (PDT) e sancionado por unanimidade pelos demais deputados. Rapidamente, no dia 30 de outubro, o governador Tarso Genro sancionou o projeto que virou Lei Estadual nº14.123/2012.

Nesse sentido, se percebe que a produção cultural efetivamente se realiza em um jogo de relações de atores e instituições com diferentes intenções recursivas. Produção simbólica da música missioneira atesta o desempenho institucional das políticas do Estado como afastamento e como aproximação.

### 5.3 Mercado e a cultura

A referência entre mercado e cultura leva diretamente aos termos estabelecidos na

---

<sup>11</sup> Isso pode ser expresso nas atividades cotidianas quanto na produção cultural. Jayme Caetano Braun (1979), em um dos seus principais poemas, “Bochincho”, diz: “Mas não é à toa - chomisco! Que sou de São Luiz Gonzaga!”.



ideia de economia da cultura. A lógica da economia no campo da cultura, evidentemente, se revela em diferentes relações de oferta e demanda e, talvez mais expressivo, nas falhas de mercado. Mas o que se apresenta aqui é a relação estabelecida quando o mercado atua com diretrizes e ações no campo da cultura, podendo ser essa atuação considerada uma política cultural multicêntrica (não somente realizada pelo Estado).

No entanto, o que se pode dizer sobre a atuação do mercado, especificamente de determinadas empresas, na cultura? Uma alternativa é perceber, pela leitura weberiana, que todas as organizações precisam ser legitimadas em suas ações. Para manter sua posição social e econômica as organizações devem justificar sua existência diante dos diferentes públicos, desenvolvendo estratégias de publicidade, relações públicas e outras afins. Se esse tipo de ação organizacional é rapidamente percebido como marketing cultural, por outro lado também deve ser compreendido como uma política institucional empreendida com fins de legitimação. Isso é percebido, inclusive, quando o recurso da cultura é empregado em contexto tão diverso da própria organização.

É dessa forma que na região das Missões torna-se interessante apresentar um caso dentro dessa perspectiva: a indústria de celulose RIOCELL. Essa empresa tem sua história iniciada a partir da empresa de celulose norueguesa Borregaard, inaugurada estrategicamente no Rio Grande do Sul, em 1972, por conta das condições do plantio de eucalipto, da proximidade com o Guaíba (lago) e da mão de obra. Naquela época, a condição econômica prevaleceu sobre qualquer outra ordem, como a ecológica ou social, nas discussões entre a empresa e o governo brasileiro. E por conta do forte impacto ecológico, pelas práticas altamente poluidoras, a empresa tornou-se alvo negativo da opinião pública. Naquela época,

a imprensa encontrava no caso Borregaard um dos poucos assuntos para o qual não havia censura. Nas palavras do jornalista Ivo Stigger (Correio do Povo), 'o mau cheiro, afinal de contas, importunava civis e militares, reacionários e progressistas, ricos e pobres' (SLONGO, 1990, p. 76).

Em 1975, o controle acionário passou para o Sulbrasileiro/Montepio da Família Militar, se transformando numa empresa nacionalizada, com o nome de Rio Grande Companhia de Celulose do Sul (RIOCELL) (CELULOSE RIOGRANDENSE, 2014). Na década de 1980, já sob a direção da Klabin, Ioschpe e Votorantin, a empresa procurou legitimar sua atuação no campo da tecnologia e das condições ecológicas. Precisava, no entanto, produzir um efeito sinérgico entre as estratégias empresariais, tecnológicas e ecológicas. Assim, uma das estratégias desenvolvidas pela empresa naquele período foi aplicar uma política de apoio às manifestações

culturais do Rio Grande do Sul. O fomento à produção cultural missioneira vai ao encontro da ação do Estado, mas, com maior intensidade, segue os próprios interesses da organização em reverter a imagem negativa de sua prática econômica e legitimar sua atuação perante a sociedade.

Desta forma, no contexto festivo e de resgate do passado das Missões Jesuíticas-Guaranis, a empresa lançou, em 1984, um álbum completo sobre “Os Sete Povos das Missões”, constituído por fotos, mapa antigo e textos históricos e literários. Os textos, em português e inglês, foram escritos por Luiz Fernando Veríssimo e Armindo Trevisan, e as fotos são de Luis Antônio de Souza. O material teve uma tiragem de 10.000 exemplares, distribuídos nacional e internacionalmente.

Ainda na década de 1980 a empresa produziu outros materiais bibliográficos sobre a região. Cita-se um livro de Armindo Trevisan com outros autores e um caderno didático. Este último consolidava a atuação da RIOCELL em parceria com o Museu de Artes do Rio Grande do Sul (MARGS) e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado. O MARGS era coordenado pela senhora Evelyn Berg loschpe, agente social e cultural importante no cenário de “valorização” das Ruínas de São Miguel<sup>12</sup>. Basta recordar que no ano de 1982 a RIOCELL passou a ter o controle acionário do grupo Klabin, loschpe e Votorantin. Dessa forma, ainda que em grande medida a empresa seguisse os próprios interesses em reverter a imagem negativa de sua prática e buscase legitimar sua atuação, ela também era convencida pela atuação de Evelyn loschpe no MARGS.

No Guia Didático, Evelyn vai justificar a parceria MARGS/RIOCELL e expor as razões de criação do material. Segundo ela, a existência do material educativo seria fundamental nas discussões de valorização e conscientização da classe estudantil. O guia foi projetado “para subsidiar a rede escolar gaúcha de 1º e 2º graus no estudo daquele que é, possivelmente, nosso maior patrimônio cultural: a arte missioneira” (IOSCHPE, 19-- , p. 4).

Em 1990 houve a criação de outro material de educação patrimonial, agora focado na proposta dos 300 anos das Missões. O produto cultural foi novamente patrocinado pela RIOCELL. Assim, dentro do contexto institucional do mercado com a produção cultural é viável dizer que o apoio da RIOCELL foi um recurso para adquirir e preservar a legitimidade organizacional. Esse caso foi o mais expressivo encontrado na história da cultura da região. A região e sua institucionalidade foram, mais uma vez, percebidos e utilizados como um campo performático no qual o fomento à cultura conferiu legitimidade às ações organizacionais.

---

<sup>12</sup> Na sequência do estudo será retomada a atuação de Evelyn na “Festa dos 300 Anos” em São Miguel.

As apresentações de alguns momentos históricos e atuais da produção cultural na região das Missões buscaram conectar os processos sociais que atuam na configuração das práticas culturais relacionadas ao desempenho das instituições no tempo/espaço social. Não obstante, acredita-se possível apontar algumas atribuições do desempenho institucional com um caráter mais abrangente e geral para além do território em tela. Trata-se de perceber o desempenho regulatório, normativo, cognitivo e legitimador das instituições culturais, assim descritos:

- O desempenho **regulatório**, enquanto capacidade de estabelecer regras, fiscalizar a conformidade de práticas e comportamentos; e o **normativo**, como condição prescritiva, avaliativa e, muitas vezes, obrigatória nas práticas e comportamentos, são identificados mais facilmente nas ações empreendidas pelo Estado no contexto das instituições culturais no território. Qual a produção cultural que foi reconhecida como missioneira? No episódio da relação entre o Estado e o patrimônio, o governo do período era militar, o que salienta as atribuições reguladoras e normativas das instituições culturais (a dominação por autoridade gera significação que, por fim, gerará legitimação).

- O desempenho **cognitivo**, que relaciona as concepções comuns e a construção dos significados dentro de um quadro comum de referência, poderia ser resumido na sentença de que as “Missões eram um tema que precisava fazer-se presente em sua concretude no consciente e inconsciente coletivo” (IOSCHPE, 19-- , p, 40). Exemplo elucidativo é a organização de publicações para o ensino escolar no Rio Grande do Sul.

- Já o **legitimador**, como atribuição que confere às instituições o caráter estruturante de gerar aceitabilidade e credibilidade, pode ser percebido nos processos de reconhecimento ora dos artistas envolvidos, ora do patrimônio material, etc. Como relatado neste estudo, o reconhecimento da UNESCO para com as ruínas de São Miguel é um processo de legitimação sobre o território. A legitimação ainda viabiliza uma aceitação e reconhecimento da produção cultural para além do espaço físico dessa produção: basta recordar que houve exposições de artes em Porto Alegre em 2012.

Enfim, as instituições culturais presentes nessa atmosfera cultural da região das Missões, sendo produtos ou não das práticas culturais desse território, estando ou não presentes fisicamente na região, por meio de suas multidimensionalidades de interesses e capacidade de dominação e legitimação podem ser consideradas base da estruturação da produção cultural missioneira. Em diferentes domínios ou em determinados momentos da produção cultural. as instituições orientaram as práticas e os significados sociais.

## 6 Considerações finais

A configuração da região missioneira está condicionada pelas práticas de produção cultural estabelecidas nessa condição tempo-espacial. Por um lado, a condição temporal efetivou a produção da cultura num processo contínuo. A criação e a permanência das Reduções jesuíticas-guaranis produziram uma cultura representativa na arquitetura, escultura, música, etc. Ainda temporalmente percebeu-se a (re)apropriação desse passado já com rupturas no tempo, mas que, recursivamente, é reconhecido como um legado cultural, diga-se, “dos que aqui estiveram antes de nós”.

O patrimônio material, a música missioneira, são exemplos de manifestações culturais que tiveram o desempenho fundamental das instituições culturais. Tais instituições culturais, ao desenvolverem determinados procedimentos e atuarem como mecanismos estruturantes dos comportamentos e das práticas culturais nos diferentes momentos da produção da cultura, desempenham atribuições que incidem diretamente na dinâmica social. Portanto, a região das Missões pode ser reconhecida como um campo performático estabelecido ao longo do tempo pelo desempenho de determinadas instituições na produção cultural. Assim, as instituições desempenham atribuições variáveis em cada domínio cultural, mas podem ser enquadradas, de maneira geral, como regulatórias, normativas, cognitivas e legitimadoras da produção cultural.

À guisa de conclusão pode-se dizer que a região das Missões do Rio Grande do Sul foi constituída por uma forte atuação institucional no campo da cultura. Pelos seus elementos históricos e contemporâneos do fazer cultural, ao longo do tempo/espaço, nota-se que as instituições foram decisivas para uma ideia de região das Missões e de cultura missioneira. Entender a região das Missões passa, necessariamente, pelo entendimento das instituições culturais que nela atuam.

## Referências

- BASEGIO, Diógenes. **Justificativa Projeto de Lei 172/2012**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 2012. Disponível em: <http://proweb.procergs.com.br/Diario/DA20120716-01-100000/EX20120716-01-100000-PL-172-2012.pdf><http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ProjetosdeLei.aspx>. Acesso em: 16 fev. 2014.
- BAIOTO, Rafael; QUEVEDO, Júlio. **São Miguel: a saga de um povo missioneiro**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005.
- BRAUN, Jayme Caetano. **Bota de garrão**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1979.
- CANCLINI, Néstor García. **A produção simbólica: teoria e metodologia em sociologia da arte**.

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CELULOSE RIOGRANDENSE. **História**. [online]. Disponível em: <http://www.celuloseriograndense.com.br/empresa/historia>. Acesso em: 2 mar. 2014.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1999.

DIAS, Reinaldo. **Introdução à Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, Sérgio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difusão Editorial, 1984. p. 21-39.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise nº 2**. Brasília: IPEA, 2001. p. 111-120.

FLEURY, Laurent. **Sociologia da cultura e das práticas culturais**. São Paulo: Editora Senac, 2009.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, Anthony; LASH, Scott; BECK, Ulrich. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: EDUNESP, 1997. p. 73-133.

\_\_\_\_\_. **A constituição da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOLIN, TAU. A guerra guaranítica (1753-1756). In: AXT, Gunter (Org.). **As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

HASITSCHKA, Werner et al. Cultural Institutions Studies: Investigating the transformation of Cultural Goods. **The Journal of Arts Management, Law and Society**, v. 35, n. 2, p. 1-14, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Atlas das representações literárias de regiões brasileiras**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IOSCHPE, Evelyn Berg. Apresentação. In: MUSEU DE ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. **Os Sete Povos das Missões: guia didático**. Porto Alegre: RIOCELL, 19--.

LANGER, Protasio Paulo. Projetos civilizatórios e sobrevivência étnica: os guarani-missioneiros. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Coords.). **História Geral do Rio Grande do Sul: colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006.

MAESTRI, Mário. **Uma história do Rio Grande do Sul: a ocupação do território**. Passo Fundo: UPF Editora, 2006a.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuições de valores e critérios de intervenção**. 2008. 483 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MICELI, Sérgio. Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difusão Editorial, 1984. p. 97-112.

NASCIMENTO, Cosete Nascimento do. **Um olhar sobre o Patrimônio Cultural de Bossoroca - RS**. 2012. 133 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Santa Maria, 2012.

PINTO, Muriel. **A construção da identidade missioneira no Rio Grande do Sul e as políticas**

**culturais no sul do Brasil**. 2011. 154 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2011.

POMMER, Roselene Moreira G. **Missioneirismo**: a produção de uma identidade regional. 2008. 325 f. Tese (Programa de Pós-graduação em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

\_\_\_\_\_. **Missioneirismo**: a história da produção de uma identidade regional. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2009.

QUEVEDO, Júlio Ricardo. *As Missões Jesuítico-guaranis*. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul**: colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006.

\_\_\_\_\_. Os inventários dos Sete Povos das Missões: o contexto histórico. In: NASCIMENTO, Anna Olívia; OLIVEIRA, Maria Ivone. **Bens e riquezas das Missões**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2008.

RODRIGUES, José Fernando Corrêa. Estatuária Missioneira: da Idolatria ao Fogo. In: COLVERO, Ronaldo Bernardino; MAURER, Rodrigo (Orgs.). **Missões em mosaico**: da interpretação à prática: um conjunto de experiências. Porto Alegre: Faith, 2011.

SLONGO, Luiz Antonio. Meio ambiente e estratégia tecnológica da Riocell. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 75-82, jul./set. 1990.

SPHAN. **Boletim do SPHAN/pró-Memória**, n. 7, jul./ago., Rio de Janeiro, 1980.

\_\_\_\_\_. **Boletim do SPHAN/pró-Memória**, n. 17, mar./abr., Rio de Janeiro, 1982.

\_\_\_\_\_. **Boletim do SPHAN/pró-Memória**, n. 27, nov./dez., Rio de Janeiro, 1983.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.